



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 46, DE 2021

(nº 506/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 506

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **POMPEU ANDREUCCI NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **POMPEU ANDREUCCI NETO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de outubro de 2021.

EM nº 00178/2021 MRE

Brasília, 1 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **POMPEU ANDREUCCI NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **POMPEU ANDREUCCI NETO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 839/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 08 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 08/10/2021, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com



fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2939413** e o código CRC **28A68624** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007700/2021-58

SEI nº 2939413

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Criado por [elainema](#), versão 3 por [luizerbp](#) em 08/10/2021 12:31:38.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE POMPEU ANDREUCCI NETO

CPF: 131.423.918-00

ID: 9723 MRE

1964 Filho de Durval Anchieta Andreucci e Clarice Andreucci, nasce em São Paulo (SP), em 16 de março.

Dados Acadêmicos:

1986 Universidade de São Paulo, Bacharel em Direito

2009 Johns Hopkins University - Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, Washington-DC.
Mestre em Políticas Públicas Internacionais

Cargos:

1989 Terceiro-Secretário

1995 Segundo-Secretário

2000 Primeiro-Secretário, por merecimento

2005 Conselheiro, por merecimento

2009 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2016 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1992 Secretaria-Geral de Controle, Assessor de gabinete

1992-94 Secretaria de Controle Interno, Diretor da Divisão de Coordenação e Controle Financeiro

1994-97 Escritório Financeiro em Nova York, Terceiro e Segundo-Secretário

1997-00 Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário

2000-03 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Assessor

2003 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Assessor Especial do Ministro de Estado

2003-06 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Chefe da Assessoria Internacional

2006-11 Embaixada em Washington, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2011-14 Vice-Presidência da República, Assessor Diplomático do Vice-Presidente da República

2014-16 Vice-Presidência da República, Chefe da Assessoria Diplomática

2016-18 Presidência da República, Chefe do Cerimonial da Presidência da República

2018- Embaixada em Madri, cumulativa com o Principado de Andorra, Embaixador

Condecorações:

2005 Ordem de Rio-Branco - Oficial

2011 Medalha Mérito Tamandaré

2012 Ordem de Rio-Branco - Grande Oficial

2012 Medalha da Vitória

2012 Medalha Cívica Regente Feijó

2014 Ordem do Mérito Militar

2015 Ordem do Mérito Naval

2015 Ordem do Mérito Aeronáutico

2017 Ordem de Rio-Branco - Grã-Cruz

2017 Ordem do Mérito da Defesa - Grande Oficial

2018 Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial

2018 Medalha do Pacificador

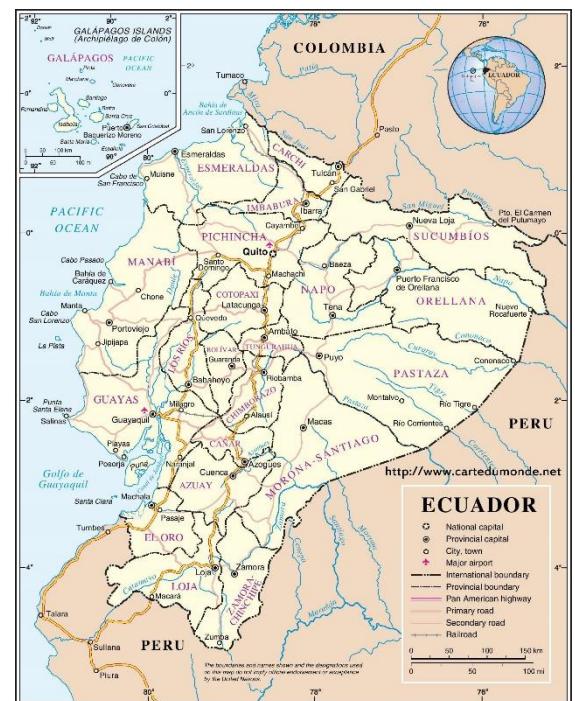
Obras publicadas

- A Gestão por Resultados no Ministério das Relações Exteriores: Desafios e Perspectivas Ante uma Herança Weberiana
Itaipu Binacional - Origens e Conseqüências de uma Crise
La Pensée de Jean-Jacques Rousseau et la Structure de la Légitimité Démocratique dans l'État Moderne - Est-ce qu'il y en a Une?
Rio-Branco e a Questão do Acre - Antecedentes da Ação. Desenvolvimentos Políticos e Reflexos Atuais na Política Externa Brasileira na América do Sul
A Opção Realista em Política Internacional - O Pensamento de Hans Morgenthau

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EQUADOR



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2021

APRESENTAÇÃO

A República do Equador está localizada na porção noroeste da América do Sul. Tem seu litoral banhado pelo Oceano Pacífico a oeste e noroeste. Faz fronteira ao norte com a Colômbia e ao leste e ao sul com o Peru. Além do território continental, o Equador tem soberania sobre as ilhas Galápagos, localizadas a cerca de 1000 km da costa sul-americana.

O território equatoriano é dividido pela Cordilheira dos Andes, que corta o país de norte a sul; do lado ocidental, ficam planícies extensas e o golfo de Guayaquil, enquanto do lado oriental está a Amazônia. O Equador é um dos países com maior diversidade biológica do mundo e dispõe de recursos minerais abundantes.

Com território de 283.561 km², o Equador é o 73º país mais extenso do mundo. A população equatoriana é de aproximadamente 17,5 milhões de habitantes, fazendo do país o sétimo mais populoso da América do Sul.

Durante o Império Espanhol, a história equatoriana esteve relacionada à Real Audiência de Quito, jurisdição pertencente ao Vice-Reino do Peru. O Equador teve sua independência declarada da Grã-Colômbia, em 1830, após quase duas décadas de um processo iniciado pela primeira Constituição de Quito.

PERFIL BIOGRÁFICO

GUILLERMO LASSO MENDOZA PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Nascido em Guayaquil, foi eleito Presidente da República nas eleições de 11 de abril de 2021. Assumiu a presidência do Equador em 24 de maio de 2021. Empresário e banqueiro de profissão, Lasso foi presidente executivo do Banco Guayaquil (1994-2012), do qual segue sendo um dos principais acionistas. Ingressou na administração pública em 1998, quando foi nomeado governador de Guayas pelo então presidente Jamil Mahuad. Durante o governo Mahuad, atuou como ministro da Economia, por cerca de um mês, no contexto da crise financeira equatoriana de 1999. Lasso fundou o partido Movimento CREO (“Creando Oportunidades”) em 2012, tendo sido candidato à presidência do Equador nas eleições de 2013 e 2017.

Em seu plano de governo, Lasso afirma ter como objetivo estabelecer uma democracia plena, regida pelo Estado de Direito, na qual as instituições funcionem e a liberdade seja respeitada. Defende um Estado menor, mas robusto e eficiente, que proteja os mais vulneráveis e crie oportunidade para todos.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Equador
CAPITAL	Quito
ÁREA	283.561 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2020)	17,48 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Espanhol
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Guillermo Lasso (desde 24/05/2021)
CHANCELER	Mauricio Montalvo (desde 24/05/2021)
PIB (FMI, 2020)	US\$ 96,67 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020)	US\$ 201,5 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2020)	US\$ 5,52 mil
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2020)	US\$ 11,3 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-7,5% (2020); 0,05% (2019); 1,3% (2018); 2,4% (2017); -1,2% (2016); 0,1% (2015); 3,8% (2014); 4,9% (2013)
IDH (PNUD, 2020)	0,759 (86º)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2017)	92,83%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2020)	77 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar estadunidense
EMBAIXADOR EM LIMA	João Almino de Souza Filho
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Carlos Alberto Velástegui Calero (designado)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2021)	Cerca de 2 mil

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

Brasil–Equador	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2019-2020
Exportações	932,7	897,9	819,9	822	664,9	653,6	836,7	904,7	832,8	599,4	-28,0%
Importações	95,2	133,0	140,9	142,9	117,7	144,0	131,8	112,3	82,9	87,2	+5,2%
Saldo	837,5	764,9	679,0	679,1	547,2	509,5	704,9	792,3	749,9	512,2	-31,7%
Intercâmbio	1.027,9	1.030,9	960,7	964,9	782,6	797,6	968,4	1.016,9	915,7	686,6	-25,0%

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Equador estabeleceram relações diplomáticas em 1844. Em 1873, o Brasil abriu legação diplomática residente em Quito. Apesar de ser um dos dois únicos países da América do Sul com os quais o Brasil não compartilha fronteira, as relações bilaterais têm sido historicamente densas.

O comércio entre Brasil e Equador, que em 2020 somou US\$ 686,6 milhões, está regulado por acordo entre o MERCOSUL e Colômbia, Equador e Venezuela (Acordo de Complementação Econômica No. 59, ou ACE-59), de 2004. O Brasil tem interesse em expandir os entendimentos com esse país para incluir novos temas, como comércio de serviços e compras governamentais, caminho semelhante ao adotado com o Chile em 2018 e a Colômbia em 2017.

Entre os principais produtos da pauta de exportações brasileiras para o Equador destacam-se: lâminas de ferro ou aço; fios de cobre; plásticos; ônibus; e calçados; entre outros. As importações brasileiras foram compostas, especialmente, por chumbo refinado; conservas de peixes; chocolates e preparações alimentícias contendo cacau; caramelos; filés de peixe; e madeira; entre outros.

Em 2019, Brasil e Equador celebraram Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), o primeiro instrumento jurídico em matéria de investimentos assinado pelo país andino após a denúncia, em anos recentes, de todos os seus acordos similares. Estima-se em US\$ 129 milhões o estoque de investimentos brasileiros naquele país.

Entre os contatos de alto nível mais recentes, destaca-se a participação do Senhor Presidente da República na cerimônia de posse do presidente Guillermo Lasso, em 24 de maio de 2021, e reunião entre os então chanceleres, em setembro de 2019, à margem da 74ª Assembleia Geral da ONU, quando foi assinado o ACFI antes mencionado.

O Mecanismo de Consultas Bilaterais Brasil-Equador, conduzido pelos ministros das Relações Exteriores, teve sua terceira e última reunião em Brasília, em 2018. O lado equatoriano manifestou interesse em realizar a quarta reunião ainda em 2021.

Nos últimos anos, os Governos de Equador e Brasil têm mantido interlocução fluida e coordenação estreita nos principais foros regionais, como o PROSUL, a OEA e a OTCA, bem como na defesa de princípios democráticos e da livre iniciativa no continente sul-americano.

A cooperação bilateral abrange diversas áreas. Em função dos incêndios na Amazônia, o Governo equatoriano ofereceu em 2019 ao Brasil o envio de três brigadas, cada uma integrada por dez especialistas em combate a incêndios florestais, as quais foram empregadas na Amazônia Legal no âmbito da Operação Verde Brasil.

Em 2020, o Governo brasileiro realizou doações de US\$ 100 mil dólares em atenção a pedido de apoio da Prefeitura Metropolitana de Quito para o combate à COVID-19 e de 100 mil máscaras cirúrgicas ao Ministério da Saúde daquele país.

Em fevereiro e abril de 2021, a OEA enviou Missões de Observação Eleitoral para acompanhar o primeiro e o segundo turnos das eleições realizadas no Equador. O Brasil contribuiu para as referidas missões tanto por meio de doação, quanto pela presença de uma brasileira entre os cinco coordenadores da equipe de observação.

No âmbito do programa bilateral de cooperação técnica, figuram, entre outros, um projeto para gestão de recursos hídricos e um projeto para apoio à implantação do Banco de Leite Humano em hospital equatoriano.

Assuntos consulares: Estima-se em cerca de 2 mil o número de brasileiros no país andino. O setor consular da Embaixada do Brasil em Quito tem jurisdição sobre todo o território equatoriano. O Brasil conta, ainda, com dois consulados honorários no Equador, em Guayaquil e Cuenca.

Empréstimos e financiamentos oficiais: Não há, atualmente, nenhuma operação relevante que envolva exportação ao Equador no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG).

POLÍTICA INTERNA

A República do Equador é um estado unitário e descentralizado. Administrativamente, o país é dividido em 24 províncias, subdivididas em cantões e paróquias.

Politicamente, o Equador é uma república presidencial dotada de sistema multipartidário. Sob a atual Constituição, o presidente é o chefe de Estado e de governo, eleito para um mandato de quatro anos, podendo ser reeleito uma única vez. O presidente é a máxima autoridade das Forças Armadas e tem amplas capacidades legislativas: pode apresentar leis, tem capacidade de voto total e parcial a projetos legislativos e tem a faculdade exclusiva de apresentar e conformar leis em matéria econômica e tributária. O Poder Executivo é integrado também pela Vice-Presidência da República, pelos Ministérios de Estado e pelos demais organismos e instituições que o compõem.

O Poder Legislativo é representado pela Assembleia Nacional, unicameral e composta de 137 parlamentares divididos em doze comissões permanentes. Os membros da Assembleia Nacional são eleitos para mandatos de quatro anos, coincidindo com o mandato presidencial.

O Poder Judiciário tem como seu órgão máximo a Corte Nacional de Justiça, com competência sobre todo o território nacional e sede em Quito. A Corte Nacional tem como funções, entre outras: conhecer os recursos de

cassação, de revisão e os demais estabelecidos pela lei; desenvolver o sistema de precedentes jurisprudenciais; e julgar as causas iniciadas contra servidores públicos que gozem de prerrogativa de foro. A Corte é composta de 21 juízes, designados para períodos de nove anos e que, em conjunto, formam o Pleno. Já a Corte Constitucional do Equador é o órgão supremo de interpretação e controle da constitucionalidade no Peru. É autônomo e independente, composto de nove juízes com mandato de nove anos, sem direito a reeleição imediata, renovados em três a cada três anos.

Além dos três Poderes convencionais, o sistema político do Equador conta com mais dois Poderes, chamados de “Funções”: a de Transparência e Controle Social tem como prerrogativa promover o controle das entidades e organismos do setor público e das pessoas naturais ou jurídicas do setor privado que prestem serviços ou desenvolvam atividades de interesse público, para que haja o cumprimento de seu trabalho com responsabilidade, transparência e igualdade; a Eleitoral tem, por sua vez, o objetivo de garantir o exercício dos direitos políticos que se expressam por intermédio do sufrágio, assim como dos referentes à organização política da cidadania.

O presidente Guillermo Lasso, que tomou posse em 24 de maio de 2021, enfrenta o desafio da governabilidade em cenário parlamentar extremamente fragmentado, no qual seu partido (CREO) conta com apenas doze parlamentares na Assembleia Nacional em um total de 137. O mandatário assumiu o governo em contexto de crises combinadas: econômica (com 32% da população em situação de pobreza e queda de 7,5% no PIB em 2020), sanitária (em função da pandemia) e, de forma mais geral, de confiança nas instituições.

Nos primeiros três meses de gestão, o êxito do plano de vacinação contra o coronavírus elevou a aprovação popular do presidente Guillermo Lasso para 73,5% em agosto de 2021. Não obstante, o mandatário ainda não logrou êxito em consolidar maioria sólida e estável no parlamento.

O governo tem enfrentado dificuldades em obter apoio parlamentar a muitas de suas iniciativas. Por outro lado, a oposição ao governo ainda se mostra fragmentada e com escassa capacidade de mobilização, em cenário de desgaste e cansaço generalizados após um ano e meio de pandemia e crise econômica.

Tendo em vista o êxito do plano de vacinação, o presidente Lasso deverá continuar a beneficiar-se de altas taxas de aprovação popular nos próximos meses. No entanto, manifestações recentes, como o movimento em defesa da manutenção dos subsídios aos combustíveis, evidenciam a reorganização das forças da oposição e uma reconfiguração política, em que a polarização correísmo-anticorreísmo (sedimentada ao longo dos dez anos de mandato de Rafael Correa entre 2007 e 2017) passa a ganhar novas formas.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Equador se caracterizou nos últimos anos pela influência de dinâmicas internas. Sob os dez anos do governo Rafael Correa, as relações exteriores do país seguiram postulados do chamado “socialismo do século XXI”, com prioridade, no campo econômico, à soberania nacional, o que se traduziu, por exemplo, na denúncia de vários acordos bilaterais, sobretudo no campo de investimentos, até então mantidos pelo país.

A partir de 2018, a política externa do Presidente Lenin Moreno, então partidário de Rafael Correa, foi mudando gradualmente, à medida em que aumentavam as desavenças internas com o “correísmo” e, externamente, com o governo venezuelano. Paralelamente, o país recebeu um fluxo cada vez maior de refugiados venezuelanos. O esfriamento das relações com a Venezuela, a aceitação da atuação da OEA para a proteção dos direitos humanos naquele país e a saída da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) foram acompanhados por uma série de gestos do governo Moreno em direção a uma nova política externa. Outros exemplos dessa inflexão foram o estreitamento de relações com os EUA, inclusive no campo da cooperação militar; o relacionamento comercial com a União Europeia; os acordos com o FMI; a manifestação de intenção de aderir à Aliança do Pacífico e à OCDE; a adesão ao PROSUL e a denúncia do tratado da UNASUL.

Com a assunção do novo governo em 24 de maio de 2021, esperam-se mudanças sutis na condução da política externa. O novo chanceler, Mauricio Montalvo, ao expor metas e diretrizes traçadas para a política externa equatoriana sob o governo Lasso, afirmou que a diplomacia equatoriana será fluida e de muito diálogo com todos os países, com ênfase nas instituições multilaterais. Valendo-se de um slogan da campanha eleitoral, Montalvo espera “por mais Equador no mundo e mais mundo no Equador”, o que começaria por uma maior institucionalidade conferida à Chancelaria, privilegiando os diplomatas de carreira.

No âmbito latino-americano, o Equador vê a CELAC como espaço preferencial para o diálogo com a União Europeia e a OEA como plataforma para o diálogo hemisférico. Dentro da América do Sul, a principal prioridade será a acessão à Aliança do Pacífico como membro pleno; ademais, o Equador assumiu a presidência pró-tempore da Comunidade Andina em julho de 2021.

No plano global, o Equador dá prioridade aos temas de meio ambiente, direitos humanos e desenvolvimento. O país tem-se engajado em sua candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para o

biênio 2023-2024, foro no qual o Equador não tem assento há mais de trinta anos. Brasil e Equador trocaram apoios com relação às respectivas recentes candidaturas ao Conselho de Segurança.

O Equador confere ênfase particular ao relacionamento com os vizinhos imediatos Peru e Colômbia. A Colômbia foi o primeiro país visitado por Lasso após sua posse. O Equador busca aprofundar as relações políticas e econômicas e consolidar a integração fronteiriça com os dois vizinhos.

Por fim, a política externa do governo Lasso tem privilegiado o objetivo de abrir o país ao mundo por intermédio de tratados de investimentos e de acordos de livre comércio bilaterais com a maior quantidade possível de parceiros. Nesse contexto, países com especial atenção são Estados Unidos, China, Coreia do Sul, Índia e Turquia, mencionados no plano de governo de Lasso. Os EUA foram o principal parceiro comercial do Equador em 2020, seguidos da China. Em 2020, as exportações equatorianas para os EUA foram de US\$ 4,79 bilhões, enquanto as vendas à China somaram US\$ 3,19 bilhões.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Equador é caracterizada pela presença de importantes reservas de petróleo, que representam parcela considerável das exportações do país e das receitas governamentais. Outro elemento central a ser considerado é o uso do dólar estadunidense como moeda oficial, adotada desde 2000. No plano econômico-comercial, houve certa retração na inserção internacional equatoriana durante os mandatos de Rafael Correa, com a denúncia de todos os acordos bilaterais de investimento.

Mais recentemente, o Equador voltou a buscar maior integração em âmbito regional, tendo celebrado acordo com a União Europeia, ao lado de Colômbia e Peru, e com a EFTA. O crescimento equatoriano se deu sobretudo pela prevalência do petróleo e dos altos preços durante o chamado “boom das commodities”; há, porém, a intenção de tornar a economia equatoriana mais diversificada.

O PIB do Equador sofreu queda de 7,8% em 2020, segundo o Banco Central equatoriano (ou -7,5%, segundo o FMI). A contração, contudo, foi menor do que as previsões. O BCE prevê crescimento de 3,1% em 2021. A retomada da atividade ao nível de 2019 só deverá ocorrer em 2023 ou mais tarde.

Ao não dispor de reservas para viabilizar um comportamento anticíclico no enfrentamento à crise econômica decorrente da pandemia, o Equador recorreu a créditos junto a organismos multilaterais, a saber, FMI,

Banco Mundial, BID e CAF. O financiamento requerido pelo país apenas em 2020 atingiu a quantia de US\$ 8 bilhões.

A contração do PIB em 2020 decorreu da crise sanitária gerada pela pandemia do coronavírus, que levou a severas medidas de confinamento, adotadas de março a setembro, com a suspensão de grande parte das atividades não essenciais. A reabertura dos setores produtivos, feita de forma lenta, não contribuiu para a retomada da atividade econômica. A contração do PIB impactou de forma negativa no nível de empregos formais, tendo havido crescimento da informalidade no mercado de trabalho.

É importante destacar a posição fiscal do Equador, dado que a dívida pública em 2020 (62,5% do PIB) se encontra abaixo da média dos países da América Latina (81,6% do PIB) e equivalente à média dos países emergentes (62,2% do PIB). Contudo, houve crescimento da dívida pública em termos relativos de forma ininterrupta desde 2009, quando o indicador era de 16,5% do PIB.

Há preocupação quanto às reservas cambiais, que chegaram a ficar abaixo de US\$ 2 bilhões, o que colocou em risco não apenas a solvência externa, como a própria economia equatoriana, que não tem moeda própria. Após acertar aporte de quase US\$ 1 bilhão junto ao FMI, e no contexto da recuperação econômica pós-pandemia, o Banco Central do Equador estima que as reservas cheguem a US\$ 6 bilhões no fim de 2021. A manutenção desses fundamentos é vital para que haja possibilidade de investimentos sociais e de promoção da estabilidade econômica.

A pandemia do COVID-19 significou um retrocesso no progresso econômico e social observados nos últimos anos, com queda da renda e dos indicadores de educação e saúde, além do aumento da informalidade, que se estima ter passado de 45% no final de 2019 para 51% em 2020.

Outro desafio no plano econômico é destravar os investimentos em infraestrutura – exemplo disso é o fato de que apenas 18% dos 50 mil quilômetros de estradas do país são pavimentados. O problema se agrava em nível provincial e municipal, cujas estruturas estão em piores condições do que aquelas administradas pelo governo nacional.

O presidente Guillermo Lasso nomeou como ministro de Economia e Finanças o engenheiro e economista Simón Cueva, que foi representante do FMI na Bolívia entre 1999 e 2006 e, desde 2013, estava na direção de uma organização internacional que estuda problemas econômicos globais. Estima-se que ele será um dos fiadores do novo governo equatoriano entre investidores e agentes de mercado devido à sua experiência anterior, formação acadêmica e defesa da prudência macroeconômica.

O intercâmbio comercial equatoriano em 2020 registrou queda, com exportações de US\$ 20,23 bilhões (-9,5% em relação a 2019) e importações de US\$ 16,99 bilhões (-21%). O superávit no ano foi de US\$ 3,24 bilhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1526	Bartolomé Ruiz chega à costa do atual território equatoriano.
1532	O espanhol Francisco Pizarro conquista a capital sul do império Inca, atual Cusco (Peru).
1534	Os conquistadores espanhóis fundam Santiago de Quito.
1538	É fundada Guayaquil.
1586	Fundação da primeira universidade de Quito.
1812	Após a deposição do governo espanhol e a constituição da Junta Soberana, é redigida a primeira Constituição de Quito.
1819	Fundação da República da Colômbia, que se junta à Venezuela e à Nova Granada.
1822	Após o exército de Sucre derrotar as forças espanholas na Batalha de Pichincha, Quito se anexa à Grã-Colômbia. Logo a seguir, Guayaquil também declara sua anexação.
1830	O Equador declara independência da Grã-Colômbia e redige sua primeira Constituição.
1832	O Equador toma posse das ilhas Galápagos.
1858-60	Guerra com o Peru; governo central equatoriano colapsa em 1859, mas reação preserva unidade territorial.
1863	Guerra com a Colômbia.
1883	Fundação da União Republicana, primeiro partido do Equador (Partido Conservador).
1895	Após golpe de Estado, Revolução Liberal liderada por Eloy Alfaro.
1967	Localizada primeira reserva de petróleo equatoriana.
1968-72	José María Velasco Ibarra (FNV) é eleito e torna-se presidente pela quinta vez (primeiro mandato em 1934-35). Em 1970, após reestatizar a indústria petrolífera, perde apoio legislativo e decide por um autogolpe. Em 1971, Velasco recebe o cubano Fidel Castro, o que acirra tensões políticas.
1972	Golpe de Estado dá início a novo período sob ditadura militar, com o general Guillermo Rodríguez Lara assumindo a presidência de fato até 1976. Os militares administrariam o chamado “auge do petróleo”. Equador começa a exportar o produto em meio a elevação internacional

	de preços; empréstimos estrangeiros financiam programa de industrialização.
1976	Formada uma junta militar para governar o país e organizar a transição de volta à democracia. Em 1978, eleições gerais vencidas por Jaime Roldós Aguilera (CFP).
1979	O presidente Roldós Aguilera assume o poder como primeiro chefe de Estado civil após sete anos sob ditadura militar.
1981	Roldós Aguilera morre em acidente aéreo na selva amazônica. Assume seu lugar o então vice-presidente Osvaldo Hurtado (DP). País vive contexto de crise econômica crônica, com inflação, déficits fiscais e dívida crescente.
1984	León Febres-Cordero Ribadeneyra (PSC) é eleito presidente e desenvolve política econômica orientada ao livre-mercado, com apoio dos EUA. Terremoto em 1987 suspende produção de petróleo e agrava problemas econômicos.
1988	Rodrigo Borja Cevallos (ID) é eleito presidente e leva a cabo reformas nos campos dos direitos humanos e na abertura comercial, mas problemas econômicos persistem.
1992	Sixto Durán-Ballén (UR) é eleito presidente e impõe medidas econômicas de austeridade, impopulares mas que obtiveram êxito.
1996	Abdalá Bucaram (POR) é eleito presidente com plataforma populista e promessas de reformas econômicas e sociais.
1997	Bucaram é destituído pelo Congresso sob a alegação de incapacidade mental para governar. Cria-se impasse, com o Legislativo designando como “presidente interino” o presidente do Congresso, Fabián Alarcón, a despeito de a vice-presidente Rosalía Arteaga expedir decreto anunciando que assumiria a presidência. Apesar de acordo mediado pelas Forças Armadas apontar Arteaga como presidente interina, o Congresso manteve a indicação de Alarcón. Arteaga renunciaria após cinco dias e retorna à vice-presidência.
1998	Nova Constituição entra em vigor (julho). Jamil Mahuad Witt (DP) é eleito presidente e toma posse no mesmo dia da entrada em vigor da nova Constituição.
2000	Governo decreta dolarização da economia, com o sucre abandonado e o dólar estadunidense adotado como moeda de circulação legal. Reforma monetária leva a crise entre as populações mais pobres e, em janeiro, após o exército e a polícia se recusarem a reprimir manifestação popular, o presidente Mahuad é forçado a deixar o palácio presidencial. Assume em seu lugar o vice-presidente Gustavo Noboa, que não logra apoio

	popular por alegação de descuido com problemas sociais.
2003	Lúcio Gutiérrez (PSP), coronel aposentado, é eleito presidente com uma plataforma de combate à corrupção.
2005	Falta de apoio no Congresso faz com que Gutiérrez se isole e declare Estado de Emergência Nacional, destituindo os membros da Corte Suprema. Após protestos populares, o Congresso decide destituir Gutiérrez por intervir em outro Poder e por “abandono de cargo”. Assume em seu lugar o vice-presidente Alfredo Palacio González, que buscou avançar políticas progressistas e liberais, apesar de protestos populares. Seu ministro da Economia, Rafael Correa, entraria em conflito ao seguir políticas nacionalistas e sociais.
2007	Rafael Correa (Aliança PAIS) é eleito presidente com a proposta de uma nova Constituição equatoriana. É convocada Assembleia Constituinte, que aprova e promulga nova Constituição para o Equador.
2008	Nova Constituição entra em vigor e antecipa data das eleições gerais de 2011 para 2009.
2009	Correa é reeleito presidente. Em seu segundo mandato, aumentou o Estado com a criação de novos ministérios e secretarias. O governo buscou maior controle sobre a economia, a educação e o desenvolvimento social.
2010	Integrantes da Polícia Nacional do Equador iniciaram motim, com bloqueio de ruas, e impediram a entrada ao Parlamento em Quito. Membros da Força Aérea bloquearam a pista do aeroporto internacional.
2011	Correa envia pacote de questões à Corte Constitucional para convocar um Referendo e uma Consulta Popular para novas reformas na Constituição. Opositores apontaram as medidas de Correa como início de uma ditadura, com a reestruturação do Judiciário e das forças de segurança.
2013	Correa é reeleito presidente. Com maioria absoluta no Congresso, seu terceiro mandato foi marcado pelo aprofundamento das reformas, com leis regulando os meios de comunicação, um novo Código Penal, entre outros.
2015	Queda do preço do petróleo leva o governo a aumentar impostos e impor medidas de austeridade, com redução de gastos e pessoal.
2016	Em dezembro, documentos apresentados revelaram que funcionários do governo equatoriano teriam recebido subornos da Odebrecht desde 2007, em troca de benefícios em contratos para obras públicas.
2017	Lenín Moreno (Aliança PAIS) é eleito presidente, com apoio de Correa. Desde o início do mandato, porém, adota posição mais moderada, com melhor relação com a imprensa e com o setor privado, além de colocar

	em prática medidas de austeridade, com grande redução de ministérios, o que leva à ruptura com Correa.
2018	Juíza expede ordem de prisão preventiva contra Correa, que estava na Bélgica desde sua saída da presidência.
2020	Corte Nacional de Justiça condena Correa a oito anos de prisão pelo crime de corrupção, no caso dos subornos entre 2012 e 2016. Ordem não foi executada até o momento: Correa segue na Bélgica.
2021	Eleições gerais são realizadas. Guillermo Lasso, do partido CREO, assume a presidência em 24 de maio.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1844	Brasil e Equador estabelecem relações diplomáticas; Imperador D. Pedro II designa Manuel Cerqueira Lima encarregado de negócios junto aos Governos de Nova Granada (atual Colômbia) e Equador, com residência em Bogotá (novembro)
1873	Aberta a legação diplomática do Brasil residente em Quito (janeiro).
1904	Tratado de Limites bilateral define a linha Tabatinga-Apapóris como marco divisório, em área ainda disputada com o Peru (maio).
1922	Acordo de limites entre Colômbia e Peru deixa Equador sem fronteira com Brasil.
1942	Assinado o Protocolo do Rio de Janeiro. Brasil é um dos garantes do pacto, que delimita a fronteira em disputa entre Peru e Equador.
1982	O então presidente Osvaldo Hurtado protagoniza a primeira visita oficial de um chefe de Estado equatoriano ao Brasil.
1988	O então presidente José Sarney realiza a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao Equador.
1995	Reiniciam-se as hostilidades entre Peru e Equador pela disputa do Vale do Cenepa. Brasil atua como coordenador dos países-garantes do Protocolo de 1942 e patrocina a Declaração de Paz do Itamaraty.
1998	Assinatura dos Acordos de paz de Brasília entre Peru e Equador
2003	Visita do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Equador (janeiro). Visita do então presidente Lúcio Gutiérrez ao Brasil (maio).

2005	Brasil concede asilo ao ex-presidente Lúcio Gutiérrez, após seu refúgio na Embaixada do Brasil em Quito (abril). Gutiérrez renunciou ao asilo e regressou a seu país (outubro).
2007	Comparecimento do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva à cerimônia de posse presidencial de Rafael Correa (janeiro). O então presidente Rafael Correa realiza visita de Estado ao Brasil (abril). Os presidentes Lula e Correa mantêm encontro em Manaus (setembro).
2008	Visita do então presidente Rafael Correa ao Brasil, para angariar apoio na crise de seu país com a Colômbia (março).
2011	Visita do então ministro Antonio de Aguiar Patriota ao Equador (julho).
2012	O então chanceler Ricardo Patiño realiza visita a Brasília para reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais com o ministro Antonio de Aguiar Patriota (abril). O então presidente Rafael Correa visita o Brasil para participar da Cúpula Rio+20 (junho) Assinatura de Acordo de Cooperação bilateral (outubro) O então presidente Rafael Correa visita o Brasil para participar da Cúpula do MERCOSUL de Brasília (dezembro)
2013	Visita do então ministro Antonio de Aguiar Patriota ao Equador para participar de reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais seu homólogo equatoriano e reunião de Chanceleres da OTCA (maio). O então vice-presidente Michel Temer participou da cerimônia de posse presidencial de Rafael Correa (maio)
2014	O então chanceler Ricardo Patiño visita Brasília para reunir-se com o então ministro de Estado Luiz Alberto Figueiredo (janeiro). O então presidente Rafael Correa visitou o Brasil para participar da cerimônia de abertura da Copa do Mundo (junho). O então presidente Rafael Correa visitou o Brasil para participar da Cúpula BRICS-Países da América do Sul e da Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho). A então presidente Dilma Rousseff visita o Equador por ocasião da Cúpula Extraordinária da UNASUL (dezembro).

2015	<p>Visita do então vice-presidente do Equador, Jorge Glas, para a posse presidencial de Dilma Rousseff. O vice-presidente equatoriano realiza encontro com seu homólogo brasileiro Michel Temer (janeiro).</p> <p>Viagem do então ministro de Estado Mauro Vieira a Quito para reunião extraordinária do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL sobre a situação na Venezuela (março).</p> <p>Viagem do então ministro de Estado Mauro Vieira a Quito para reunião de chanceleres da CELAC (maio).</p>
2016	Viagem da então presidente Dilma Rousseff ao Equador para participar da IV Cúpula da CELAC (janeiro).
2018	Visita do então chanceler do Equador, José Valencia, ao Brasil (agosto).
2019	Assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Equador (setembro).
2021	Comparecimento do presidente Jair Messias Bolsonaro à cerimônia de posse presidencial de Guillermo Lasso (maio).